

A Teoria Monetária de Marx: Atualidade e Limites Frente ao Capitalismo Contemporâneo

Tomas Nielsen Rotta

*Doutorando em Economia pela University of Massachusetts at Amherst, EUA e
Mestre em Economia pela Universidade de São Paulo (FEA-USP), Brasil*

Leda Maria Paulani

*Professora Titular do Departamento de Economia da Universidade de São Paulo
(FEA-USP), Brasil*

Resumo

O sistema monetário internacional passou por mudanças estruturais após 1971, com destaque para a introdução do padrão-dólar puro. Assim sendo, este artigo investiga a atualidade e os limites da teoria monetária de Marx em face a esses novos determinantes econômicos. Mostraremos a necessidade ontológica da existência do dinheiro inconvertível e quais são os problemas lógicos que esta nova forma social traz para a teoria marxista do dinheiro. Por fim, proporemos uma abordagem marxista para apreender teoricamente o novo padrão dólar-dólar.

Palavras-chave: Marx, Moeda, Dinheiro, Dinheiro Inconvertível, Dialética

Classificação JEL: B51, E40

Abstract

The international monetary system underwent structural changes after 1971, especially with the emergence of the pure-dollar standard. In this way, this article investigates the limitations and the current adequacy of the Marxist monetary theory in the light of those new economic determinants. We show the ontological necessity of the existence of the inconvertible money form and the logical problems engendered by it when considering Marx's theory of money. Lastly, we develop a Marxian approach to theoretically apprehend this new pure-dollar standard.

* Recebido em junho de 2009, aprovado em novembro de 2009. Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do CAFIN – Grupo de Pesquisas em Instituições do Capitalismo Financeiro, registrado no CNPq e sediado na FEA-USP. Sua líder, a Professora Leda Paulani, tem bolsa de produtividade CNPq em projeto correlato ao que deu origem a este trabalho. Tomas Rotta agradece os apoios financeiros da

1. Introdução

Seria a teoria monetária de Marx adequada para apreender teoricamente o sistema monetário internacional que passou a vigorar no pós-1971 (pós-Bretton Woods)? Sabemos que Marx pensou o dinheiro com três determinações: medida dos valores, meio de circulação e dinheiro como dinheiro (entesouramento, meio-de-pagamento). Sabemos adicionalmente que Marx viveu e escreveu em um período histórico em que imperava o padrão-ouro e as doutrinas da *Currency School* (principalmente através da grande influência teórica de David Ricardo). Cabe perguntar, portanto, até que ponto o dinheiro que hoje temos, fruto do padrão-dólar puro, não representa um problema lógico para a exposição dialética da forma dinheiro em Marx.

Este artigo, tomando como questão central a adequação da teoria marxista do dinheiro frente ao atual padrão assentado sobre o dólar inconvertível, desenvolve respectivamente os seguintes tópicos:

- (i) mostrar a necessidade ontológica da existência do dinheiro inconvertível, própria ao pós-1971;
- (ii) mostrar os problemas lógicos que a forma dinheiro inconvertível traz para a teoria monetária de Marx;
- (iii) teorizar com categorias marxistas o padrão-dólar puro que hoje temos.

2. Moeda Enquanto Moeda Inconvertível: Sua Necessidade Lógica

A moeda inconvertível própria ao sistema monetário mundial pós-1971 está pressuposta nos esquemas de Marx, cabe agora a sua posição. Estava pressuposta porque estava com todas as suas determinações, ainda que não tivesse a determinação posição. Sabemos por Fausto (1987a) que tanto a Hegel quanto a Marx um conceito pode estar com todas as suas determinações e ainda assim não estar posto. Se em Marx o dinheiro inconvertível está pressuposto, sua necessidade objetiva foi posta em 1971. Cabe agora pô-la no nível do discurso.¹

Em um texto pouco conhecido, Marx deixa claro que *a essência do dinheiro é ser uma abstração*:

“O modo próprio do dinheiro como dinheiro ... corresponde mais à sua essência quanto mais abstrato se torna, ... [ou quanto] maior a discrepância entre seu valor como dinheiro em relação ao valor de troca ou ao valor monetário do material que lhe serve de suporte” (Marx 1844).²

FAPESP e do CNPq ao projeto de mestrado do qual este artigo é fruto direto.

E-mail addresses: tomasrotta@uol.com.br and paulani@usp.br

¹ Quando dizemos “dinheiro inconvertível” ou “dinheiro sem lastro”, nos referimos sem ambiguidades à forma atual que o dinheiro assume no padrão puro dólar-dólar.

² Trecho citado a partir de um texto de Marx de 1844 intitulado “Comentário sobre os Elementos de Economia Política de James Mill”, que está disponível em: <http://www.marxists.org/archive/marx/works/1844/james-mill/index.htm>, e que foi primeiramente utilizado por Bryan e Rafferty (2007, p. 152).

De fato, Marx apontou a tendência da forma dinheiro em se tornar uma *pura forma*. Nos *Grundrisse* ele assevera: “o dinheiro deve sua existência somente à tendência do valor de troca em separar-se da substância das mercadorias e de, assim, tornar-se uma *forma pura*” (Marx (1973, p. 160) – ênfase nossa). Marx, explicitamente, fala da *tendência* do dinheiro em ser pura forma. O que é distinto de ser uma pura forma. Contudo, lembremos com Hegel que *a tendência da forma é sua verdade*: “a Coisa mesma não se esgota em seu fim, mas em sua atualização; nem o resultado é o todo efetivo, mas sim o resultado junto com o seu vir-a-ser” (Hegel 2002, ¶ 3, p. 26–27). Ou, ainda, lembremos com Lukács que “realidade não é idêntica à existência empírica. A realidade não é, mas sim vem-a-ser. [...] Neste devir, nesta tendência, neste processo, a verdadeira natureza do objeto se revela” (Lukács 1922, p. 203). Ou seja, à pergunta “Qual a realidade do dinheiro?” deveríamos responder que “o dinheiro é o que ele vem-a-ser, pura forma”. *Realidade diz respeito não ao que é, mas ao vir-a-ser* (e realidade aqui é a realidade efetiva, a *wirklichkeit* de Hegel).

Entretanto, na sequência do mesmo texto Marx ainda se mostra preso à realidade objetiva do padrão-ouro: “No curso de seu desenvolvimento, o valor de troca do dinheiro pode ainda existir separadamente de sua matéria, de sua substância, como no caso do papel-moeda, sem entretanto conseguir separar-se desta mercadoria específica, já que a forma existencial em separado do valor de troca deve necessariamente continuar a receber sua denominação de uma mercadoria específica” (Marx 1973, p. 167). Ou seja, já nos seus rascunhos, e assim como ficará visível no *Zur Kritik* e em *O Capital*, Marx entende que *a essência do dinheiro é puramente formal*, ainda que ele se apresente em sua época através do ouro.

O argumento aqui não é o de que falta ao Capítulo 3 do Volume I de *O Capital* a posição objetiva do dinheiro inconversível, senão a posição determinação mesma. *Não é que o dinheiro inconversível enquanto realidade efetiva [Wirklichkeit] esteja ausente para Marx, mas enquanto realidade [Wirklich] mesma*. Se para o marxismo é a posição objetiva (efetividade) que regula a posição determinação (categoria), cabe agora introduzir o dinheiro inconversível nos esquemas marxistas enquanto categoria, enquanto essência. Queremos passar do fenômeno à essência, da realidade efetiva à realidade; para assim mostrar sua necessidade lógica. Dessa forma, o dinheiro inconversível evidenciar-se-á como uma nova determinação que adéqua o dinheiro ao seu próprio conceito, e o dinheiro inconversível mundial (padrão dólar puro) como sua existência mais congruente. *O dinheiro inconversível é uma determinação nova*, é uma forma particular do dinheiro, sendo o dólar mundial pós-1971 seu modo de existência – seu uso – mais adequado. O dinheiro inconversível não está presente em Marx como posição determinação; não se encontra no conceito de dinheiro – afinal nem existia no século XIX como posição objetiva. Ou seja, *o dinheiro inconversível, em O Capital, não existe enquanto categoria, como realidade*. Como ele agora existe enquanto fenômeno, realidade efetiva, devemos pô-lo enquanto essência. Essência que, longe de ser natural, é social: “A essência do dinheiro é sócio-econômica, e não natural” (Williams 2000, p. 447). O que, em suma, é fazer o conceito de dinheiro mover-se pelo trabalho

do negativo. Portanto, à pergunta “estaria o dinheiro inconversível compreendido na Seção I do Volume I de *O Capital?*”, deveríamos responder: “sim e não” ou “sim-não”; está e não-está. Está pressuposto, cabe agora pô-lo realmente.

Poder-se-ia asseverar, como ocorre em Fausto (1987a, p. 169–170), que o ouro como dinheiro é a apropriação pela forma de uma materialidade que lhe é adequada. Contudo, faz-se necessária uma correção: é adequada, mas ao mesmo tempo também inadequada, pois nesta matéria a forma dinheiro ainda encontra atritos entre sua materialidade e sua funcionalidade. *É só como forma pura, dinheiro inconversível, que a forma dinheiro se torna adequada ao seu conceito. Assim sendo, não é a matéria que tem de estar em conformidade com a forma, mas sim que a forma deve estar adequada ao seu próprio conceito. O ouro, portanto, é e não-é matéria congruente ao equivalente geral.* É adequada por conta de todas as características naturais da matéria ouro, contudo concomitantemente inadequada. Essencialmente à forma dinheiro, como veremos, não lhe conforma nenhuma matéria.

Entendemos aqui que a forma mercadoria e as formas I, II, III e IV representam a *gênese* da forma dinheiro.³ A forma dinheiro inconversível (pós-1971), por seu turno, diz respeito ao desenvolvimento da forma dinheiro. O dinheiro inconversível é a forma ontológica que supera as inadequações da forma dinheiro com materialidade no ouro. Há, portanto, uma necessidade (onto)lógica de passarmos à forma dinheiro inconversível. Necessidade essa dialética. Assim entendido, a decisão do governo de Nixon em pôr fim ao padrão-ouro está longe de ter sido mero resultado de um capricho humano ou de uma contingência histórica. Este movimento não é senão a realização necessária da essência do dinheiro. Tratar o dinheiro que hoje temos como fruto contingente da história implica o fortalecimento da tese convencionalista do dinheiro. A solução “historicista” é um tipo de solução que evita as contradições do objeto e não diferencia posição de pressuposição.⁴

A congruência entre a forma e a matéria ouro se revela, assim, como não-congruência. *A verdade da adequação entre forma e matéria é sua inadequação; sua verdade é sua negação.* O sistema se corrompe por esta contradição, cuja origem é a própria identidade. Isto é, da identidade entre forma e matéria emergiu a diferença e, mais do que diferença, contradição. A congruência se interverte em incongruência pela sua própria efetivação. A ruptura vem do interior. Tomar a matéria como adequada à forma dinheiro é positivar uma relação que em verdade é contraditória.

O dinheiro inconversível está pressuposto em *O Capital*; é aí uma possibilidade: “A conversibilidade, legal ou não, permaneça como um requerimento de todo tipo

³ Marx afirma reiteradamente no Capítulo 1 do Volume I de *O Capital* que é a forma relativa que se desenvolve, levando consigo a sua antítese, a forma equivalente. Ou seja, a forma equivalente geral é resultado do desenvolvimento da forma relativa. A forma equivalente é passiva. Contudo, na forma dinheiro inconversível enquanto equivalente universal é a forma equivalente que passa a comandar o desenvolvimento da forma relativa. Exatamente em oposição ao que ocorria no desenvolvimento lógico precedente. Isto é: *com o dinheiro inconversível, a forma equivalente perde sua passividade que lhe fora constituinte.*

⁴ Carchedi (1991, p. 165) é um bom exemplo de uma solução historicista que aqui queremos evitar.

de dinheiro cujo título lhe torna um símbolo de valor, isto é, que o equaciona enquanto quantidade com uma terceira mercadoria. Tal equação já inclui sua antítese: a possibilidade de não-equivalência; a conversibilidade inclui seu oposto, inconversibilidade” (Marx 1973, p. 134). Contudo, não se trata aqui de mostrar que o possível enquanto possível, por ser possível se põe como necessário. Ao contrário, é a supressão da possibilidade que permite a passagem à existência, ao ser. Se o possível enquanto puro possível for possível, não haverá efetividade. *A prova da necessidade lógica do dinheiro inconversível segue um argumento negativo*: “Para Hegel, não é porque o possível enquanto possível é possível que ele se põe como necessário. É porque o possível enquanto puro possível é impossível que ele se põe como necessário. De onde a preferência de Hegel pela versão negativa do argumento ... que deve evidentemente perder seu caráter de prova por absurdo para se transformar em prova pela negação (através do ‘absurdo’, se diria)” (Fausto 1987b, p. 163). Ou, dito de outra maneira: *as sucessivas formas do valor que nos são apresentadas põem o que a forma anterior pressupunha; e o dinheiro inconversível não escapa a isso, já que ele põe o que a forma dinheiro conversível pressupõe*. Se (Fausto 1997, p. 65, 70–71) diz claramente que o dinheiro é equivalente universal estável graças ao caráter adequado da matéria em que se encarna o valor, aqui nossa tese é outra: *o dinheiro enquanto ouro é adequação posta (pois retira a instabilidade da forma III) e inadequação pressuposta (pois ainda retém um conflito entre sua função social e sua materialidade particular, o ouro)*. É por isso que enfatizamos que *o dinheiro inconversível é a posição do que está pressuposta no dinheiro conversível. A posição da forma pura resolve a contradição entre forma e matéria constitutiva do dinheiro, tornando-o adequado ao seu conceito*. O dinheiro inconversível põe a descoberto que a “estabilidade” da forma dinheiro conversível é em verdade uma estabilidade aparente. Como veremos ao analisarmos o dólar pós-1971, *a universalidade enquanto dinheiro nunca é estável*, sendo esta inquietude da forma o que a faz mover-se como conceito.

O dinheiro inconversível é e não-é a forma dinheiro presente em *O Capital*. É, porque parte dela. Não é, porque a nega. Nega e conserva. Se fosse só um desdobramento historicista, então somente haveria conservação. Mas, como mostramos, além de conservação há uma negação. A dialética da forma do valor, ou seja, da gênese do dinheiro, opera a passagem da posição ideal a uma posição real da forma na matéria (Fausto 1997, p. 39). Agora, após o que vimos, poderíamos completar esta asserção dizendo que *se a gênese do dinheiro é a posição real da forma na matéria, o desenvolvimento do dinheiro é a expulsão da matéria pela forma*. Desse modo, o desenvolvimento do dinheiro operaria uma verdadeira *Aufhebung* (negação-conservação) de sua gênese. Em outras palavras: *o dinheiro inconversível revela que o desenvolvimento da forma dinheiro é na realidade uma inter-versão de sua gênese*. Enquanto a gênese trata de mostrar que forma e matéria são adequadas, o desenvolvimento trata de mostrar que elas são, ao contrário, inadequadas.

O sistema lógico apresentado por Marx tem uma mensagem central clara: *a progressiva autonomização do valor em relação ao valor-de-uso, e do trabalho*

abstrato em relação ao trabalho concreto. Autonomização aqui entendida como introdução de novas camada mediadoras entre dois pólos que constituem o mesmo objeto, a mercadoria. Reconhecer que o dinheiro inconversível é adequado ao capitalismo implica reconhecer a negatividade que perpassa forma e matéria, valor e valor-de-uso, trabalho abstrato e trabalho concreto.⁵

3. Moeda Enquanto Moeda Inconversível: Auto-Referência, Convencionalismo e Fetichismo

A passagem do dinheiro conversível ao dinheiro inconversível, o qual não promete nada além de si mesmo, evidencia que esta última forma determina o seu valor e o que ela significa como signo através de uma *auto-referência* (Rotman 1987, p. 5). A moeda inconversível, portanto, apresenta uma característica específica de auto-referencialidade. Marx, no Capítulo 3 do Volume I de *O Capital*, nos alertou para o fato de que a substituição das moedas de ouro por notas de papel induzia a ciência a apreender o dinheiro como “puro signo” ou mesmo um “produto abstrato da reflexão” – afinal de contas o padrão dólar puro denuncia de alguma forma que o dinheiro tem uma dimensão metafísica ainda mais forte (Paulani 1991, p. 146). A preocupação de Fausto (1987b, p. 61) é a de que tal processo reforça a *aparência convencionalista (de ligação sem necessidade) das formas monetárias*. Nossa tarefa prévia constituiu-se, assim sendo, em mostrar a necessidade ontológica e dialética da existência do dinheiro inconversível, justamente a fim de evitarmos ao máximo qualquer recurso convencionalista.

O dinheiro inconversível diz respeito a um nível mais elevado de autonomização do valor. Existiria, desse modo, um fetichismo próprio a ele? Tomando por base o fato de que esta nova posição da forma na matéria expulsa a matéria, diríamos que tratar a matéria como adequada à forma é cair em *fetichismo, cujo complemento é a tese convencionalista* de que seria a forma dinheiro inconversível pura convenção, pura arbitrariedade. Sendo que a tentação para cairmos em explicações convencionalistas não é pouca. Mesmo Foley (1986, p. 23–24) chega a afirmar que quando o dinheiro é inconversível “o equivalente geral é uma unidade de conta abstrata”. Isto é, Foley afirma que quando o dinheiro torna-se inconversível, a forma equivalente é preenchida por uma convenção, uma unidade abstrata de conta.⁶

Primeiro expliquemos o que entendemos por fetiche e convenção. Seguindo Fausto (1997, p. 76 e subs.) temos dois pólos antinômicos:

⁵ Ver Carcanholo (2001) para possíveis conexões entre a *desmaterialização do dinheiro e da riqueza* e a dinâmica financeira contemporânea atrelada ao capital fictício.

⁶ Há também aqueles que discordam de uma necessidade lógica da primeira forma dinheiro ter tido algo físico como sua matéria: “O dinheiro-mercadoria não deve necessariamente ser uma mercadoria. Em *O Capital*, Marx de fato equacionou dinheiro com ouro (embora em outros escritos tenha descrito o Bullionismo como superstição). Entretanto, não temos que aceitar o ouro enquanto mercadoria como a base teórica para o dinheiro no capitalismo: o ouro era meramente o dinheiro-mercadoria dominante no século XIX” (Bryan e Rafferty 2007, p. 152).

- (a) Fetichismo: é o anti-convencionalismo abstrato, pois supõe que a matéria que serve de suporte à forma é naturalmente a forma. É, portanto, a ilusão naturalista de supor que o conteúdo é natural. Toma o suporte por forma, ou o social como natural;
- (b) Convencionalismo: é supor que a matéria da forma é qualquer. É, assim, a ilusão da ausência de conteúdo ao supor que as relações sociais são produtos arbitrários da reflexão dos homens.

Se o fetichismo da modernidade é a “projeção descendente” do abstrato social ao abstrato natural (Fausto 1987b, p. 62), a forma dinheiro inconversível é, neste sentido, um exemplo excelente de uma abstração social em sua máxima realidade. Assim, essa forma mais bem acabada do dinheiro leva o seu fetichismo ao extremo, para o qual os rastros de sua gênese tornam-se ainda mais camuflados. Maior autonomia do dinheiro inconversível que tampouco se fez sem um movimento ideológico particular. Se a matéria foi negada pela forma no sistema, o processo ideológico de “bloqueio das significações” (Fausto 1987b, p. 299) inverte no plano das representações os termos postos e negados. *Por mais que o dinheiro esteja de fato apartado de uma matéria que lhe confira valor ou “estabilidade”, a ideologia faz o contrário ao negar o que está posto (a inconversibilidade da pura forma) e ao positivar o que está negado (a matéria)*. Esse processo de bloqueio operado pela ideologia é justamente o que mais trabalha a favor da inversão. Ou seja, a ideologia opera uma inversão para que a inversão mesma não apareça como tal. Se o dinheiro quer se afirmar como pura forma, a ideologia o apresenta como pura matéria. Dessa maneira, o dinheiro inconversível como pura forma é mais eficazmente posto como o que é quando se apresenta como o que não-é, como o contrário de si mesmo. Para se pôr como o que é, tem que se afirmar como o que não é. *O Estado neste caso é absolutamente necessário, pois é o “guardião da identidade”*.⁷ A ilusão, fruto também da gramática não-dialética do entendimento, reside na indiferenciação entre posição e pressuposição, já que o pensar representativo só trabalha com termos positivados, plenamente constituídos. Assim, o processo de constituição da forma monetária pura se reduz a uma identidade “garantida” na prática por um carimbo do Federal Reserve norte-americano. *Sem o Estado, a forma inconversível do dinheiro não teria lugar, pois sua formação contraditória ou ficaria a descoberto ou nem mesmo se efetivaria*. O dólar só é possível e efetivo como unidade contraditória por ter a figura estatal como “garantidora” desta identidade. O Estado “garante o funcionamento de relações que não podem ser abandonadas a elas mesmas, mesmo em circunstâncias normais, justamente porque elas são contraditórias” (Fausto 1987b, p. 311). E faz isso hipostasiando a aparência. A mistificação é a apresentação do fundo pressuposto, a matéria, como se ainda estivesse posto.

⁷ Este termo é apresentado por Fausto (1987b, p. 301) para introduzir a necessidade lógica da ideologia e do Estado no capitalismo. O empregamos por considerar que no caso em questão o termo também se adequa bem.

Ainda assim, mesmo tendo o aparato estatal como bastião da identidade, as crises financeiras e monetárias vêm a colocar em dúvida a própria identidade entre forma e matéria – ainda que não consigam chegar ao ponto de revelar socialmente que forma e matéria são contraditórias. A crise as coloca simplesmente como diferenças. Desse modo, *se em um momento (o do Estado) é a identidade que oculta a contradição, no outro (o da crise) é a diferença que oculta a contradição*. A contradição mesma entre forma e matéria, constitutiva do dinheiro, não aparece socialmente. Ela se mantém oculta ora sob a identidade ora sob a diferença.

O dinheiro inconversível traz consigo duas possibilidades de ilusão:

- (a) pensar que a matéria sempre foi um capricho arbitrário e historicamente situado, o que inevitavelmente levaria a uma teoria convencionalista do dinheiro; e
- (b) achar que o ouro ainda continua a ser a matéria do dinheiro, o que acarretaria evitar os novos problemas que a forma dinheiro implica.

Assim, dois tipos de ‘teorias’ evitam esta discussão:

- (a) aqueles que acreditam que a inconversibilidade do dinheiro é uma ilusão ou uma determinação temporária; e
- (b) aqueles que acreditam que o dinheiro nunca foi um dinheiro-mercadoria, sendo pura convenção – teóricos estes que tampouco conseguem explicar como o dinheiro como pura convenção mede os valores das mercadorias.

Para melhor explicitar esse problema, a figura a seguir mostra a seqüência das formas que aqui analisamos (as formas simples e total foram ocultadas), onde figuram por nossa conta duas novas formas: a “forma dinheiro conversível” e a “forma dinheiro inconversível”:

(f.r.=forma relativa; f.e.=forma equivalente)

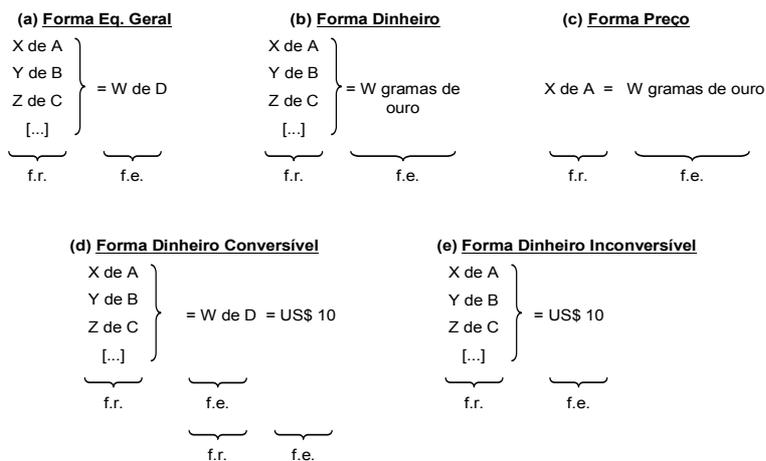


Fig. 1. A sucessão das formas do valor

As formas (a), (b) e (c) já são conhecidas e não nos trazem problemas. A questão, portanto, está nas formas (d) e (e). Na *“forma dinheiro conversível”* a parcela *“W de D”* ocupa simultaneamente duas posições lógicas, a de forma equivalente e a de forma relativa, que é resultado da dupla relação entre as várias mercadorias e o equivalente geral e outra entre o equivalente geral e uma denominação monetária. Tal inadequação só pode ser resolvida em uma outra forma, a do dinheiro inconversível, para a qual a exclusão do valor-de-uso como matéria do equivalente geral elimina a contradição advinda de uma mesma mercadoria que ocupa duas funções lógicas excludentes. Entretanto, esta solução nos traz um problema adicional. Já sabemos que a forma relativa figura com seu valor enquanto que a forma equivalente figura com seu valor-de-uso, donde emerge justamente a expressão do valor através do seu contrário, o valor-de-uso. Este é o mecanismo lógico que explicita que a origem lógica do fetichismo (a expressão do que é social, o valor, por meio do que é natural, o valor-de-uso) reside na própria expressão do valor. Só que na última forma, a do dinheiro inconversível, não há mais valor-de-uso do lado direito da equação; isto é, a forma equivalente figura aí não mais como matéria para expressão do valor de outra mercadoria. Neste caso só permanece a arbitrariedade do padrão de preços e da unidade de conta imposta por convenção. Como, então, fica a explicação do fetichismo quando o seu mecanismo de origem (expressão do valor através do valor-de-uso) não está mais presente na forma dinheiro inconversível? Ainda se pode falar de fetichismo quando o valor-de-uso desapareceu do lado da forma equivalente? Marx afirmava que o valor para ser expresso devia ser posto no valor-de-uso de outra mercadoria; mas quando o dinheiro é inconversível, quem assume essa função de valor-de-uso? Um valor-de-uso formal? A gênese do dinheiro mostra que esta forma não é uma criação arbitrária através de leis ou através do Estado; porém, podemos observar que ao se progredir na apresentação lógica do dinheiro se faz necessário cada vez mais pôr o Estado.

Fausto (1997, p. 78) diz que “o preço da desconvenção é a fetichização”, no sentido de que conforme se caminha na apresentação das formas do valor, saímos cada vez mais das teses convencionalistas sobre preços e dinheiro para cairmos paulatinamente na naturalização das formas sociais. Contudo, pelo que vemos do desenvolver lógico do dinheiro, a forma inconversível parece apresentar ao mesmo tempo essas duas ilusões objetivas. Se atualmente se confunde ainda suporte com forma, não é menos verdade que a sociedade toma esta forma pura por simples convenção. Fausto está correto quando afirma isto do ponto de vista da apresentação lógica das formas, mas do ponto de vista dos agentes ambas as ilusões caminham em graus crescentes.

4. O Problema da Moeda Inconversível como Medida dos Valores

Investiguemos agora a moeda enquanto medida dos valores, que é um problema de *determinação do valor* da moeda. No item seguinte nossa preocupação será com

a moeda enquanto meio de circulação, que é um problema de *representação do valor*. Ambos são “problemas” porque ainda não está claro o que ocorre com tais determinações quando o dinheiro passa a ser dinheiro inconversível, desgarrado de qualquer matéria. Ou seja, o dinheiro inconversível traz dois problemas teóricos para o *dinheiro enquanto moeda*: um de *determinação* do valor da moeda e outro da *representação* do valor através de símbolos. Ambas as questões são pertinentes ao dinheiro enquanto moeda, e não ao dinheiro enquanto dinheiro.

Temos aqui dois problemas distintos: se um par de sapatos custa 100 dólares ou 1000 dólares constitui-se uma questão diferente de como se forma o preço, seja ele qual for. O nosso problema fundamental a ser investigado diz respeito mais ao segundo questionamento, ou seja, sobre *como passar de valores a preços sob a forma da moeda inconversível*. Não estamos preocupados com o nível absoluto dos preços, mas sim em como eles são determinados a partir dos valores, considerando a primeira determinação da moeda, a medida dos valores:⁸ “Ao mesmo tempo em Marx afirma que o ouro como meio de circulação possa ser substituído pelo Estado por papel, ele insiste que como medida dos valores o dinheiro-mercadoria não pode ser substituído, mesmo que somente opere ‘idealmente’, ou seja, em sua ausência” (Arthur 2005, p. 115).

Marx faz largo uso do ouro como matéria e suporte da forma dinheiro, e ainda mais como elemento chave para a determinação do valor de troca deste último e para a determinação dos preços das mercadorias. Mas por que a determinação da moeda como medida dos valores constitui um problema a ser investigado contemporaneamente? A resposta encontra-se no próprio Marx: “Enquanto em sua função de realizar os preços, sua existência material como ouro ou prata é essencial” (Marx 1973, p. 209). Este é o problema: *Marx transforma valores em preços pressupondo a essencialidade da matéria do dinheiro*. Quando o dinheiro perde tal matéria, como determinamos os preços? Enquanto medida dos valores, a moeda desempenha esta função por ser também produto do trabalho. Mas o atual dinheiro sem lastro não o é. Dinheiro inconversível, como hoje temos, não tem substrato material produzido pelo trabalho, assim sendo “como se determinam os preços monetários quanto o ouro desaparece como equivalente geral, sendo então substituído por papel-moeda inconversível sem valor intrínseco?” (Carchedi 1991, p. 165). Poderíamos afirmar que com o fim do lastro-ouro o dinheiro perdeu sua função de “medida dos valores” e que, portanto, atualmente só serve como “padrão de preços”? Ao que tudo indica, chegamos a um impasse teórico, pois *Marx define como essencial uma materialidade que não mais existe*. Para o dinheiro conversível, papel-moeda lastreado em metal precioso, há uma “sombra de ouro”, que em termos dialéticos seria exatamente a pressuposição posta, que, para nós, é característica somente do padrão-ouro tradicional ou padrão dólar-ouro. O dinheiro enquanto medida dos valores é ideal, mas ideal como representação imediata da matéria. Ou seja, ainda que o dinheiro aqui seja ideal, sua representação não aceita mediações

⁸ “O dinheiro permite a expressão quantitativa do valor, mas ele mesmo não é expresso quantitativamente. Está aí toda a dificuldade” (Fausto 1997, p. 54)

para se chegar à matéria. Entretanto, quando o dinheiro perde tal matéria, como determinamos os preços? “A real questão é se o dinheiro deve ser uma mercadoria, na teoria de Marx, em sua função fundamental de medida dos valores” (Moseley 2005, p. 5), ou como bem coloca Arthur (2005, p. 116), o problema do dinheiro inconversível enquanto medida dos valores não é só lógico nem só social, ele é *ontológico*.

Sobre o ouro como dinheiro, Marx (1982, p. 57) nos diz claramente que para este se tornar equivalente geral precisa ser um “valor variável”, justamente por dever ser encarnação de tempo de trabalho social. Isto é evidente para o ouro e para o seu símbolo (que não tem valor), o papel-moeda. Mas, quando o papel perdeu o lastro em ouro, como pode este ser um “valor variável”? Ou melhor: que valor o papel-moeda inconversível encarna? A primeira intuição que temos é a de que o dinheiro inconversível opera uma inversão de sua determinação de medida dos valores, já que em tal caso “o dinheiro não seria uma medida dos valores, mas, ao contrário, seu próprio valor seria mensurado pelas correntes necessidades da circulação” (Hilferding 1981, p. 56–57). O dinheiro, ao perder sua materialidade, passa de mensurador a mensurado. O que, dito de outra forma, implicaria que o dinheiro enquanto medida dos valores nega a Teoria Quantitativa da Moeda (TQM), mas quando posto como dinheiro inconversível parece repor a validade da TQM.⁹ Assim sendo, “a função de medir valores parece indicar que a análise do dinheiro sem valor (*valueless money*) sobre a base do dinheiro-mercadoria atingiu um impasse teórico” (Lapavitsas 2000, p. 634).

Vejam agora as principais soluções que a literatura marxiana apresenta para este problema (onto)lógico, e façamos as respectivas e devidas críticas a cada uma delas:

(i) *Foley e Carchedi*:

A solução apresentada por Carchedi (1991, p. 165–166) e por Foley (1986, p. 14)¹⁰ é a de que o valor do dinheiro inconversível passa a ser dado pelo valor das mercadorias que representam, isto é, pelo seu *poder de compra*: “O fato de que o dinheiro não tem valor intrínseco ... não significa que dinheiro de papel ou de crédito não têm valor. O seu valor é o seu poder de compra” (Carchedi 1991, p. 166). O poder de compra do dinheiro é calculado dividindo-se a soma do valor novo criado (mais o valor dos meios de produção transferidos ao produto menos o valor destruído ou desperdiçado) pela quantidade total de dinheiro em circulação (moedas, papel-moeda e crédito). Em suma, o que fornece o valor do dinheiro para estes autores é o valor produzido que está incorporado nas mercadorias e o volume de dinheiro em circulação.

⁹ Sobre o debate entre a teoria marxista e a teoria quantitativa da moeda quando o dinheiro se torna inconversível, ver Rotta (2008, cap. 3, item 3.4).

¹⁰ Nelson (2005) e Bellofiore (2005) também compartilham desta solução.

Contudo, não seria esta uma solução que contraria os dizeres de Marx de que “as mercadorias já entram na circulação com preço”? Ao que parece, até aqui, a solução foi retornar às implicações da *TQM de Irving Fisher e Hume, que operavam através de uma dicotomia entre dinheiro e mercadorias*. Além do mais, parece surgir uma confusão entre as determinações da moeda: “a quantidade total de dinheiro serve como uma medida do valor e, assim, como um meio de circulação de todas as mercadorias” (Carchedi 1991, p. 166), afinal ambas as determinações (medida dos valores e meio de circulação) passariam – supostamente – a depender da quantidade de dinheiro circulante.¹¹

Foley (1986, p. 14–15, 21) deduz o valor do dinheiro dividindo o valor novo criado (mensurado em horas de trabalho) pelo valor criado expresso em unidades monetárias (dólares). “Esta fração deve ser chamada de ‘valor do dinheiro’, pois nos diz quanto tempo de trabalho a unidade monetária representa” (idem, p. 15). O inverso do “valor do dinheiro” é a “expressão monetária do valor” (MELT, *monetary expression of labor time*), a qual nos diz quanto de valor em unidades monetárias 1 hora de trabalho cria.¹²

Entretanto, *estas asseverações são válidas para qualquer forma do dinheiro*, seja dinheiro metálico, dinheiro papel-moeda ou mesmo dinheiro inconversível. Não faz diferença para a determinação da MELT se o dinheiro é ou não assentado sobre o ouro. Ou seja, *esta não é uma real solução, pois aqui o problema real do dinheiro inconversível não está posto*. Em verdade podemos calcular a MELT, ou o valor do dinheiro, em qualquer sistema monetário, pois *trata-se de um cálculo ex post sempre válido, e não uma teoria sobre a determinação do valor do dinheiro*. Dito de outro modo, o que temos aqui é uma fórmula de cálculo universalmente válida *a posteriori*, mas que não serve como explicação dos determinantes do valor do dinheiro inconversível. O próprio proponente sabe disto e chega a dizer explicitamente que como a MELT é calculada dividindo-se o valor adicionado em termos monetários pelo trabalho socialmente utilizado, esta estimativa empírica não é uma explicação teórica do que de fato a determina, já que dessa forma *a MELT dependeria do valor adicionado e, portanto, não poderia ser usada para determinar o valor adicionado (ou os preços das mercadorias), pois assim cairíamos em um raciocínio circular* (Foley 2005).¹³ Foley (1986, p. 24) chega até o ponto de dar uma solução historicista para um problema lógico. Diz ele que em um sistema monetário em que o equivalente geral é uma unidade abstrata de conta, como quando o

¹¹ Saros (2007, p. 409–410) e Moseley (2004) seguem essa mesma linha de entender o valor do dinheiro inconversível como determinado pela sua quantidade em circulação e pelo valor das mercadorias que representa.

¹² Ver Foley (1986, p. 15) para a diferenciação entre “valor do dinheiro” e o “inverso da taxa de salário”, definições que não devem ser tomadas como sinônimos.

¹³ Neste mesmo texto Foley (2005, p. 38–39), que é seguido por Reuten (2005), invoca uma interpretação da “forma valor” para explicar a determinação dos preços. Tal teoria afirma que o trabalho abstrato não existe como uma quantidade distinta dos preços e, portanto, o trabalho abstrato não pode determinar os preços. Trabalho abstrato e preços emergem conjuntamente na esfera da circulação quando o produto é vendido. A crítica de Campbell (2005, p. 144) quanto a isso é dura: esta “value-form theory” comete o erro contrário à “labor-shit theory”. Se esta última se livra do dinheiro para manter os valores, a primeira se livra dos valores para manter o dinheiro.

dólar não tem legal ou convencionalmente um equivalente definido em ouro, “o valor do dinheiro é determinado historicamente pelas decisões de precificação das mercadorias dos próprios produtores” (idem). Porém, tal explicação é inaceitável, pois confunde os discursos lógico e histórico. Além do mais, como lembra Saad Filho (2002, p. 97), tais mediações entre a determinação do valor-de-troca do dinheiro não implicam que seja errôneo pôr, *ex post*, um equivalente monetário do trabalho. Entretanto, isto tende a *unificar diferentes níveis de abstração*, obscurecendo os elementos contraditórios de sua determinação.¹⁴

Acima de tudo, esta solução para nós é uma *recaída no argumento de Hume, para o qual se colocam dicotomicamente mercadorias de um lado e o dinheiro circulante de outro*, daí derivando o valor do dinheiro por um simples raciocínio proporcional entre ambos estes “compartimentos”. Marx no *Zur Kritik* já havia negado a validade deste raciocínio por pressupor que circulam mercadorias sem preço. Ou seja, *para Hume o preço é formado na união do “lado real” com o “lado monetário”*. A solução de Foley e Carchedi parece, assim como mostramos, voltar a este argumento não-marxista.

(ii) *Lapavitsas e Saad-Filho*

O argumento central de Lapavitsas (2000) e Saad Filho (2002, p. 98–99) é o de que o problema do dinheiro inconversível enquanto medida dos valores deixa de ser um problema efetivo quando passamos ao âmbito da concorrência dos capitais (isto é, no âmbito dos preços de produção), pois aí a materialidade do dinheiro não é mais a única a determinar os preços absolutos. Após a transformação de valores em preços de produção a troca envolve não mercadorias com o mesmo tempo de trabalho socialmente necessário, mas mercadorias com iguais taxas de lucro. Dessa forma, *a expressão monetária do trabalho (MELT) somente pode ser determinada após a determinação dos preços das mercadorias (ao contrário do que temos antes da transformação), e só tem validade no plano agregado (e não para cada mercadoria individualmente)*. Os preços de produção não são determinados através de uma relação unívoca entre valores das mercadorias e o valor do dinheiro-mercadoria (ouro). Ao invés disso, os preços de produção são determinados simultaneamente pela taxa de valorização dos capitais adiantados. *A transformação implica que nenhuma mercadoria pode exercer a função de medida dos valores. Neste nível de abstração, a mensuração do valor envolve a taxa de crescimento dos capitais adiantados através de um sistema complexo de preços relativos*. Assim, o dinheiro-mercadoria não mais mensura valores independentes das outras mercadorias e dos processos de produção, no qual *a formação dos preços de produção não depende do valor intrínseco do dinheiro-mercadoria* (Lapavitsas

¹⁴ Foley também chega a dizer que “nas economias contemporâneas, um capital fictício, o passivo (*liability*) do Estado, em lugar de uma mercadoria produzida, opera como medida do valor” (2005, p. 46). Porém, de igual maneira, não se sabe o que determina o valor das unidades monetárias nas quais as *liabilities* do Estado são denominadas. O que sugere tomar o capital fictício por equivalente geral (idem, p. 48).

2000, p. 634). A equalização da taxa de lucro, que é o processo real de formação dos preços de produção, não é afetada pelo fato de os preços serem estabelecidos em unidades de dinheiro conversível ou em unidade de dinheiro inconvertível.

No Volume I de *O Capital*, os preços absolutos são determinados logicamente antes dos preços relativos. Após a transformação, no Volume III, o valor do ouro é relevante só para a determinação do nível absoluto de preços, sendo que aí os preços absolutos são determinados logicamente *após* os preços relativos. Este é o caso porque neste nível de abstração *a medida do valor não é mais dada pelo elemento que serve de matéria ao dinheiro, mas sim pela taxa geral de lucro*, que é o estabilizador do sistema de preços relativos (Saad Filho 2002, p. 98). Mesmo quando o dinheiro é uma mercadoria, como o ouro, a transformação de valores em preços nunca é resultado da simples divisão do valor da mercadoria pelo valor do dinheiro. Para a transformação no nível da concorrência dos capitais, o valor intrínseco de uma matéria do dinheiro não é mais fator crucial e, portanto, a introdução da inconvertibilidade do dinheiro não traz nenhum problema adicional (Lapavitsas 2000, p. 634). *Neste nível de análise, portanto, o ouro pode ser retirado, sem prejuízo para a estabilidade da economia ou para a nossa capacidade de entendê-lo*. Assim que o ouro é retirado da circulação, os preços absolutos se mantêm ao nível anterior (ou mudam para um nível arbitrário caso haja uma reforma monetária). Um sistema monetário desenvolvido é, portanto, a unidade complexa de uma medida dos valores (a taxa geral de lucro) e um meio de circulação (que pode assumir na prática a forma de qualquer material, inclusive impulsos eletrônicos). *Mesmo dentro do padrão-ouro esta análise mostra que o ouro nunca é a única medida dos valores nem um adequado meio de circulação – ainda que no desenvolvimento teórico o papel do dinheiro-mercadoria seja indispensável* (Saad Filho 2002, p. 98–99).

Em suma, diríamos que Saad-Filho e Lapavitsas querem expressar que há uma inversão na lógica da determinação de preços relativos e preços absolutos entre o nível de abstração do capital em geral (Volume I) e o nível de abstração da concorrência dos capitais (Volume III). Inversão esta que faria com que a taxa de lucro também assumisse a função de medida dos valores, para a qual a materialidade do ouro deixaria de ser essencial. Em outros termos: a transformação de valores em preços de produção modifica a função do dinheiro como medida dos valores, mudança que permite a introdução do dinheiro inconvertível sem mais problemas. Esse raciocínio é sem dúvida bem interessante, mas, se bem lido, não responde de fato à pergunta inicial. *O que Saad-Filho e Lapavitsas fazem é responder uma pergunta com uma resposta de outra pergunta. Eles deslocam o problema para respondê-lo*, afinal de contas a solução proposta parte do nível de abstração dos preços de produção, enquanto o que queremos saber é como o dinheiro inconvertível pode funcionar como medida dos valores no âmbito do Volume I (no nível de abstração do “capital em geral”). *Um sintoma desse deslocamento que estes autores realizam é que a solução deles é, como a de Foley e Carchedi, válida para qualquer sistema monetário*, seja ele de ouro puro, papel-moeda conversível ou dinheiro inconvertível pós-1971. Essa inversão em que a taxa de lucro assume papel essencial como medida dos valores é válida universalmente, o que deixa nossa inquietação

ainda sem resposta satisfatória.¹⁵

(iii) Arthur

A abordagem de Arthur (2005, p. 115–116) parte da idéia de que na física existem três tipos de medidas:

- (a) Medida comparativa direta: a medida compartilha inerentemente a mesma dimensão com o mensurado. Exemplos: balança comum (com contrapeso) e a régua. Neste caso podemos estabelecer arbitrariamente um numerário. A mensuração direta é possível porque ambos os elementos (medida e mensurado) têm uma propriedade a priori em comum, antes da mensuração;
- (b) Medida indireta: a medida é externa ao mensurado. Exemplos: balança de mola e termômetros de mercúrio. A distorção da mola ou do mercúrio mostra a força e a vibração das moléculas, e com uma teoria da determinação desta força nós podemos saber o quanto o mensurado mede indiretamente;
- (c) Medidas complexas: compostas de outras medidas. Exemplos: $\tau = F.d$, o que nos exige medir a força e a distância para obtermos o trabalho realizado.

Diz Arthur então que o tempo de trabalho é uma medida imanente, mas que com a passagem do dinheiro conversível ao inconversível a mensuração passou de uma comparativa direta (como faz a balança por contrapeso ou uma régua) para uma indireta (como faz a balança de mola ou o termômetro). Ou seja, *agora o dinheiro é uma medida externa e indireta do trabalho*. No caso da balança de contrapeso, o contrapeso tem a mesma dimensão do peso a ser mensurado – o que equivale ao dinheiro conversível em ouro. Já no caso da balança com mola, a mola não tem a mesma dimensão do peso a ser medido; a mola mensura o peso embora ela mesma não vigore com o seu peso (ela vigora com sua distorção) – o que equivale ao dinheiro inconversível, que mensura os valores embora ele mesmo não tenha valor.

Esta solução, que opera através de uma analogia com a física, *mostra como ocorre a mensuração do valor, mas não o que o determina* – e aí voltamos aos dizeres de Foley de que *sabemos calcular embora não saibamos o que determina as grandezas de valor*. Isto é, sabemos como o contrapeso mede o peso, mas não sabemos o que determina a distorção da mola para que esta mesure o peso. Segue então Arthur pela mesma via da determinação do valor do dinheiro pelo inverso do nível de preços, isto é, pelo seu poder de compra. Porém, diz ele que a medida imediata do trabalho é o tempo, e a do valor é o dinheiro; a medida imediata do valor é o dinheiro, e não o tempo de trabalho (idem, p. 118).¹⁶ O erro estaria, então, supostamente no próprio Marx, que teria confundido o “determinante do valor”

¹⁵ Kristjanson-Gural (2008, p. 267–268) também considera insuficiente a solução de Saad-Filho.

¹⁶ Aqui Arthur erra. Como nos lembram Bellofiore (2005) e Campbell (2005), não é o dinheiro que torna as mercadorias comensuráveis, mas o contrário. Se o dinheiro medisse as mercadorias, o valor delas seria só a quantidade de dinheiro pelo qual são trocadas, o preço. Ou seja, se o dinheiro medisse as mercadorias, o preço seria o valor. Se as mercadorias fossem comensuráveis somente por conta do dinheiro, o valor não seria sua propriedade e as relações entre mercadorias não mediarão as relações sociais.

(tempo de trabalho) com a “medida do valor” (dinheiro). Os valores medidos em trabalho não são determinados ontologicamente antes dos preços monetários. Se o valor é necessariamente mensurado em dinheiro, então os preços de produção são a forma acabada da medida dos valores, e não os preços diretos do Volume I (idem, p. 123) – com o que Arthur também se aproxima da hipótese de Lapavitsas e Saad-Filho.

(iv) *Moseley*

Para Moseley o argumento de que a medida dos valores deve ela mesma possuir valor é uma contingência histórica, e não uma necessidade teórica. Para que funcione como medida dos valores, basta que uma coisa particular seja aceita pelos agentes como equivalente universal. Com o fim dos acordos de Bretton Woods *os agentes tiveram inevitavelmente que aceitar o papel-moeda inconvertível, por si mesmo, como o equivalente universal e, portanto, como medida dos valores*. Neste caso o dinheiro inconvertível deve funcionar como medida dos valores, embora ele não contenha trabalho incorporado, “pois não há outra possível medida dos valores, tampouco qualquer outra forma de representar trabalho em uma forma objetiva” (2005, p. 15). Isto é, o dinheiro não precisa ser uma mercadoria na teoria de Marx, mesmo na determinação de medida dos valores, pois esta não precisa necessariamente possuir valor intrínseco e, portanto, o dinheiro inconvertível pode servir nesta função. *Para ser medida dos valores uma coisa precisa ser aceita pelos agentes como equivalente geral* (Moseley 2004, p. 2).

Entretanto, o que determina a quantidade de trabalho social que é representada por uma dada quantidade de dinheiro inconvertível? O que determina o “valor do dinheiro” (MELT) quando ele torna-se inconvertível? A resposta é desalentadora: “Desafortunadamente, nenhum dos autores deste livro que aceitam que o dinheiro como medida dos valores não necessariamente deve ser uma mercadoria pôde explicar como o valor do dinheiro, ou a MELT, é determinada no caso do dinheiro inconvertível” (idem). Ou, como diz Foley, a determinação do valor do dinheiro é um “assunto abstrato e teórico que ainda permanece sem solução” (2005, p. 43).¹⁷

5. O Problema da Moeda Inconvertível como Meio de Circulação

No item anterior investigamos a moeda enquanto medida dos valores, que é um problema de *determinação* do valor da moeda. Agora, nossa preocupação é com a moeda enquanto meio de circulação, que é um problema de *representação* do valor.

Quando Marx se refere ao “papel-moeda”, ele o faz sempre pressupondo a existência do ouro. A determinação “símbolo de valor” que aparece no Capítulo 3 do Volume I de *O Capital* se refere sempre a um símbolo do ouro; ele é símbolo de

¹⁷ Moseley (2004) tenta avançar nesta questão, mas pouco de fato é acrescentado em relação ao que já afirmamos aqui.

algo, de algo material. *Papel-moeda sem lastro (dinheiro inconversível), entretanto, não é símbolo de ouro.* Se papel-moeda sem lastro e puramente fiduciário fosse símbolo de valor, seria ele símbolo de qual valor? Se em sua origem histórica e lógica o papel como símbolo designava de fato uma quantia de valor em ouro, com o desenvolvimento do papel-moeda sem lastro a ligação com essa quantia original de valor se perde por completo; apaga sua origem. Que valor então representa a moeda? Se a forma preço mostra que o ser-real pode ser expresso em um ser-ideal, o símbolo mostra que o ser-dinheiro está separado do seu ser-real (do seu ser-ouro). Sobre o dinheiro como meio de circulação temos que o “pressuposto da circulação do dinheiro é a circulação de mercadorias, pois o dinheiro faz circular mercadorias que já têm preço, isto é, que já estão igualadas idealmente a determinadas quantidades de ouro. Mesmo na determinação dos preços das mercadorias, a grandeza de valor da quantia de ouro, que serve de unidade de medida, ou o valor do ouro, é dada como pressuposto” (Marx 1982, p. 79). Ou, dito de outra forma: dados os valores de troca das mercadorias e a velocidade média de suas metamorfoses, a “quantidade de ouro circulante depende de seu próprio valor” (Marx 1982, p. 81). O que deixa patente que *a pressuposição do ouro é essencial nos escritos de Marx para a determinação de meio de circulação da moeda.* E se ainda restarem dúvidas de que Marx *sempre pressupunha o ouro como dinheiro quando se referia ao símbolo que operava como meio de circulação,* basta lembrarmos suas próprias palavras: “O sinal de valor, digamos o papel, que funciona como moeda, é sinal da quantia de ouro expressa em seu nome monetário, é portanto sinal do ouro. [...] A grandeza de valor representada por esse sinal depende em cada caso do valor da quantia de ouro representada por ele” (Marx 1982, p. 86-87). Ou ainda: “As fichas sem valor só são sinais de valor na medida em que representam o ouro dentro do processo de circulação, e o representam só nas quantidade em que o próprio ouro entraria no processo de circulação como moeda, em uma quantidade determinada por seu próprio valor” (Marx 1982, p. 88); e a “quantidade de notas de papel deixa-se, portanto, determinar pela quantidade de dinheiro-ouro que elas representam na circulação: e uma vez que só são sinais de valor na medida em que representam o ouro, o valor delas é determinado simplesmente por sua própria quantidade. Enquanto a quantidade de ouro circulante depende dos preços-mercadoria, o valor das notas de papel em circulação depende, ao contrário, exclusivamente da sua própria quantidade” (Marx 1982, p. 89). O preço se torna existência ideal e o dinheiro se torna existência simbólica dos valores-de-troca. As passagens acima citadas são enfáticas neste ponto. Aqui temos com todas as suas letras que *símbolo é representação; o símbolo de valor é símbolo de ouro, e o valor representado por ele deriva do valor do ouro pressuposto.* Além do mais, Marx também afirma que a oferta de símbolos de valor é regulada pelas leis que determinam as quantias de ouro representadas por esses símbolos. É uma questão de *substituição.* O que o ouro faria e como ele é exigido pela circulação fica então substituído por seu símbolo. *O símbolo faz o que o seu representado faria.*

Qual é o papel do Estado nesta circulação simples? Em princípio, a ação do Estado, diz Marx (1982, p. 89), parece abolir as leis econômicas da circulação da

moeda. Como a moeda obtém curso forçado através dos Governos, parece que este pode imprimir quanto papel-moeda lhe aprouver e com o valor de face que bem desejar. Contudo, esse poder Estatal é “pura aparência”, pois uma vez que a oferta monetária seja absorvida pela circulação, o “sinal de valor ou a moeda-papel cai sob o domínio das suas leis imanentes” (idem). Se for lançada em circulação uma quantia de notas cuja soma dos valores de face ultrapasse a quantia de ouro que de fato deveria circular, só se alteram as denominações convencionais do padrão de preços. Aumentando a oferta de símbolos, só faria com que diminuísse a quantia de ouro que cada símbolo individual representa. *O aumento de preços, ou a inflação, seria uma resposta da circulação em exigir que os símbolos de valor se igualem à quantia de ouro que representam.* O que também deixa mais claro como *Marx pensa a inflação também em relação ao ouro*; ou seja, o processo inflacionário seria um ajuste do mercado ao perceber que circula mais papel-moeda do que o ouro que deveria representar (Marx 1982, p. 89–90). O que seria, então, a inflação com dinheiro inconversível? O que define a oferta monetária que não provoca inflação? Na circulação simples, a circulação do ouro e a circulação do papel-moeda (lastreado) parecem seguir leis invertidas:

Circulação de Ouro	Circulação de Papel-Moeda Lastreado
Circula porque tem valor	Tem valor porque circula
Dado os valores-de-troca das mercadorias, a quantidade de ouro circulante depende de seu próprio valor	Seu valor depende de sua oferta, e não do seu valor
A quantidade de ouro circulante é função dos preços das mercadorias	O preço das mercadorias é função da quantidade de papel-moeda circulante
A quantia de ouro circulante é dada pela circulação de mercadorias, isto é, pelo mercado	A oferta de papel-moeda parece ilimitada e resultado da decisão do Estado, e não do mercado
Há uma lei econômica para a oferta de ouro	Não há lei econômica para a oferta de símbolos

Portanto, no que concerne à definição de inflação segundo Marx, deve ficar claro que a proporção em que os símbolos representam pesos de ouro (calculados de acordo com seu preço monetário convencional) não depende de sua própria matéria, mas sim de sua oferta. A dificuldade teórica advém da dupla determinação da moeda tanto como medida dos valores quanto como meio de circulação, determinações contrárias e aparentemente contraditórias:

Medida dos Valores	Meio de Circulação
Dinheiro ideal	Dinheiro simbólico
Papel-moeda é moeda de cálculo, e o ouro é ouro ideal	Apesar de representada, a moeda ainda tem que estar efetivamente nas mãos dos indivíduos
Tudo depende do ouro como matéria	O material da moeda é indiferente
O dinheiro é idealizado (sua existência efetiva não é exigida) mas tudo depende de sua substância material	O dinheiro é tangível, mas tudo depende de uma proporção numérica ideal
Momento positivo, finito	Momento negativo, mau infinito
Universalidade abstrata, idealidade	Particularidade, realidade
O convencional e o natural aparecem no lado ideal e do sujeito	O convencional e o natural são efetivados, aparecendo no lado do objeto e do real
A presença pode ser imaginada, mas o objeto imaginado não pode ser simbólico	A presença efetiva pode ser simbólica (não-imediata)
Dinheiro é ideal, mas não pode ser simbolizado	Dinheiro é real, embora possa ser simbolizado

A tabela deixa claro que *o dinheiro enquanto meio de circulação inverte as relações do dinheiro enquanto medida dos valores*. Os símbolos de valor invertem e transgridem sua proporção correta para com o ouro, dado pela função de medida dos valores. Ou seja, existe uma proporção correta (não inflacionária) que é dada pelo dinheiro como medida dos valores; porém, esta proporção é negada pelo dinheiro como meio de circulação e, especialmente, pelos símbolos de valor. Sinteticamente colocado, *a inflação para Marx, que se restringia à inflação com dinheiro conversível, é o modo pelo qual a alterada medida dos valores torna-se novamente compatível com a função de meio de circulação*. Ou seja, é o modo através do qual a circulação de mercadorias re-impõe sua proeminência sobre a aparente habilidade estatal de querer determinar arbitrariamente a quantidade de papel-moeda lastreado em ouro (Lapavitsas 1994, p. 450). Entretanto, com o dinheiro inconversível, essa lei da proporção correta do dinheiro como medida dos valores permanece ou é completamente negada?¹⁸

Vimos de início que Marx de fato apontou a tendência lógica e social da moeda em se descolar gradualmente de seu conteúdo material,¹⁹ inclusive chegando a afirmar que o limite desta tendência seria o dinheiro como pura forma. Entretanto, como tentamos mostrar, Marx, ao falar do dinheiro enquanto símbolo, afirma inúmeras vezes que este símbolo é uma representação, onde figura o ouro como representado. O ponto central é que *a categoria de “símbolo” condiz ao papel-moeda fiduciário lastreado*. A forma contemporânea do dinheiro completamente inconversível parece, então, não se enquadrar nas categorias apresentadas por Marx. Seu raciocínio pressupõe a mercadoria ouro como substância, o que hoje não é mais verdadeiro. Chegamos, portanto, a outro impasse conceitual ao tentarmos dizer logicamente o que é o dinheiro inconversível, sem lastro, enquanto meio de circulação. Seria o papel-moeda inconversível símbolo de trabalho abstrato? Como vimos, essa hipótese está descartada, pois voltaríamos à teoria da Escola de Birmingham e às teorias que igualmente tratam o dinheiro diretamente como mercadoria, sem mediações e não perpassados pela negatividade, como no caso dos já conhecidos “bônus-trabalho” ou “tickets de trabalho” ou “vale-trabalho”, duramente criticados por Marx (1982, p. 66–67, 87). O símbolo não é símbolo direto do valor-de-troca, mas símbolo do ouro, do valor-de-troca autonomizado, mediatizado. Desse modo, *ainda que Marx reconheça que “papel-moeda nacional de curso forçado é a forma acabada do sinal de valor”* (Marx 1982, p. 87), *ele ainda se encontra preso ao padrão-ouro*. O curso forçado nesse caso evidencia que a moeda precisa ter aceitação geral, social, e, portanto, legal. O modo de ser do símbolo precisa ser aceito universalmente. O curso forçado torna-se, assim, convenção; mas uma convenção derivada da circulação das mercadorias, e não da ação do Estado.

¹⁸ Para algumas modernas teses marxistas sobre a inflação com dinheiro inconversível ver Carchedi (1991, p. 166, 170, 172–174, 176) e Saad Filho (2002, p. 100–105 e p. 145, n. 32–33).

¹⁹ “O material no qual este símbolo é expressado definitivamente não é algo sem relevância [...]. No desenvolvimento da sociedade, não somente o símbolo senão também o material correspondente a ele são trabalhados – um material do qual a sociedade subsequentemente tentará se livrar” (Marx 1973, p. 145).

Vemos que a *materialidade do ouro, nos escritos originais de Marx, é importante não somente para a determinação da moeda como medida dos valores – como deixamos explícito no item precedente –, como também é importante para a determinação da moeda como meio de circulação.* O símbolo é símbolo de ouro e sua quantidade é regulada por ele. Como medida dos valores o ouro está posto, e como meio de circulação o ouro está posto como pressuposto, posto como negado. O símbolo ainda tem uma “sombra” de ouro. Dessa forma, a limitação de Marx ao cenário monetário vigente no século XIX nos traz dois problemas teóricos quando confrontada com o pós-1971. Em suma, *o padrão-ouro é, pois, para Marx, a medida do sistema.*²⁰

6. O Dólar Inconvertível Pós-1971: Uma Interpretação Marxista

Para tornar-se *objeto adequado ao seu conceito*, precisa o dinheiro, segundo Marx, torna-se universal, dinheiro mundial que não conhece fronteiras nem limitações regionais: “Só no mercado mundial ... sua maneira de existir torna-se adequada a seu conceito.” (Marx 2002, p. 169), ainda que não seja uma determinação adicional, senão um de seus usos (Marx 1982, p. 109). Transparece agora a divisão entre as esferas nacionais e internacionais da circulação. O dinheiro como símbolo de valor, como pura existência funcional, mostra-se restrito à esfera interna de um país, sujeito à ação coercitiva legal. Enquanto dinheiro do comércio mundial retorna o dinheiro à sua forma corpórea de metal: “Para circular fora da esfera nacional, despe-se o dinheiro das formas locais nela desenvolvidas de estalão dos preços, moeda, moeda divisionária e símbolo de valor, e volta à sua forma original de barra de metais preciosos.” O que nitidamente evidencia como Marx encontrava-se preso ao padrão-ouro do século XIX.²¹

O dinheiro mundial é o meio universal de pagamento, encarnação absoluta da riqueza. Não é fortuitamente que Marx emprega as expressões “universal” e “absoluto” neste caso. Trata-se, pois, da riqueza incondicionada, infinita. Mas o dinheiro só pôde ser dinheiro universal com a universalização do comércio, das trocas de mercadorias. É a mercadoria universal. Se o dinheiro enquanto meio de circulação negava o dinheiro enquanto medida dos valores, o dinheiro enquanto dinheiro mundial é negação da negação, pois é meio de circulação que volta também à determinação de medidas dos valores. Isto é, depois de passar da posição da matéria para a posição da forma, o dinheiro volta como posição da forma e da matéria, ainda que negue ambas para conservá-las. Se em Marx a universalização

²⁰ “Se o papel ultrapassa sua medida – a quantidade de moedas de ouro de igual nome que poderia circular –, expõe-se ao descrédito geral, mas ainda assim representa a quantidade de ouro determinada pelas leis imanentes do mundo das mercadorias, portanto, só a quantidade de ouro suscetível de ser representada” (Marx 2002, p. 155).

²¹ Vemos que Marx não concebia que o poder estatal pudesse transcender os limites de uma nação: “A coerção do Estado vigora apenas na esfera interna da circulação, contida dentro das fronteiras de uma comunidade, e só nela desempenha o dinheiro plenamente sua função de meio de circulação e assim pode ter no papel-moeda pura existência funcional, exteriormente distinta de sua substância metálica” (Marx 2002, p. 156).

do dinheiro como dinheiro mundial o faz retornar ao dinheiro metálico, entendemos que *Marx não tinha em mente o dinheiro inconversível como dinheiro universal e nem como realização de seu próprio conceito*. Se Marx acertou em afirmar que o dinheiro universal é a efetivação do conceito de dinheiro, errou objetivamente ao não ver que sua própria tendência de se descolar de seu conteúdo também seria uma realização de seu conceito. Ou seja, *para Marx, a tendência do dinheiro a vir-a-ser pura forma estaria restrita ao âmbito doméstico*.

Os *Grundrisse* evidenciam que dinheiro entra em contradição consigo mesmo por ser justamente a encarnação da *contradição entre algo que é particular, pelo fato de ser uma determinada mercadoria (ainda que seja símbolo), sujeita a condicionantes particulares, e o fato de ser algo incondicionalmente permutável* (Marx 1973, p. 150). Quando o ouro opera de fato como equivalente geral ou quando símbolos os substituem, ainda permanece uma contradição não resolvida entre o dinheiro enquanto funcionalidade (como valor-de-troca autônomo) e o dinheiro como mercadoria particular, cuja grandeza de valor decorre de seus próprios custos de produção. Isto é, a contradição do dinheiro papel-moeda lastreado está entre sua universalidade como equivalente geral e sua particularidade como mercadoria ouro sujeita às oscilações naturais de qualquer produção.

Assim sendo, podemos aqui defender a tese de que *a forma dinheiro sem lastro, dinheiro inconversível próprio ao pós-1971, resolve tal contradição justamente por desprender-se de qualquer materialidade particular*. Não há mais o ouro como mercadoria para impingir seus custos de produção sobre o papel-moeda. No dinheiro inconversível parece não haver mais essa contradição entre particular e universal, entre condicional e incondicional, afinal não está mais o dólar preso a qualquer mercadoria em específico. O dólar hoje é, assim, um puro universal, um puro incondicionado. Mas esta é só a aparência. *Em sua figura dissolve-se a contradição entre particularidade e universalidade como está presente nos escritos de Marx para dar lugar a uma nova contradição em um patamar mais elevado:*²² *entre particularidade, como moeda de um país em específico, e universalidade, como moeda mundial*. O dólar é, assim, um singular, universal-concreto. Esta é sua nova essência. Em outras palavras, a contradição que a moeda do padrão-ouro apresentava, ainda que símbolo, entre o fato de ser ouro e de ser uma relação social, repõe-se hodiernamente como o fato de *ser moeda nacional e internacional ao mesmo tempo. O padrão dólar puro resolve a contradição do dinheiro ao generalizá-la, ao torná-la, de fato, mundial*. Aí, portanto, está ao mesmo tempo um dos limites e uma das riquezas da teoria monetária original de Marx.

O dinheiro do padrão dólar puro resolve a contradição entre forma e matéria, entre função universal e condicionamento particular, ao expulsar completamente a matéria e ao colocar a contradição em termos de dinheiro particular de um país e dinheiro global, universal. Como pura forma o dinheiro é verdadeiro, isto é – em linguagem hegeliana – está de acordo com seu conceito. Em suma, poderíamos

²² Afinal “cada determinação se desdobra no interior dela mesma para produzir uma nova oposição” (Fausto 1997, p. 46).

dizer que a aparência do dinheiro no pós-1971 é a de que sua contradição entre forma e matéria (entre incondicionalidade e condicionalidade, entre universalidade e particularidade) foi resolvida. E de fato foi mesmo, pois não mais há tal inadequação que havia no caso do padrão-ouro clássico ou do padrão dólar-ouro de Bretton Woods. Esta aparência, no entanto, já revela algo da ordem da essência: a de que o dinheiro é em essência forma pura.²³ De certa maneira, o próprio Friedman (1968) sabia que o padrão dólar-ouro de Bretton Woods era um falso padrão e que seu intrínseco mecanismo de ajuste era perverso. Dizia ele que o verdadeiro padrão-ouro e o verdadeiro regime internacional de câmbio fixo fora aquele que vigorara entre 1880 e 1913, no qual as autoridades monetárias eram passivas. Naquele caso, a verdadeira moeda, o ouro, fazia com que o mecanismo de ajuste global fosse automático e virtuoso. O que não ocorria com o regime de 1944 a 1970, pois o ouro aí figurava como uma referência oficial através do dólar, e não como moeda de fato privada. Trata-se, desse modo, de um “falso padrão-ouro” cujo aspecto artificial se expressa em um mecanismo de ajuste internacionalmente desestabilizador, transformando o déficit em balanço de pagamentos e o endividamento fiscal dos EUA em um problema global. A solução era, dizia Friedman antes mesmo de Nixon romper com o câmbio fixo, introduzir regimes cambiais flexíveis e acabar com a “falsa conversibilidade” do dólar em ouro, para o qual os mecanismos de mercado tratariam de resolver os problemas de déficit em balanços de pagamentos. Isto é, afirmamos aqui que *Friedman (1968), neste sentido, concordava com a idéia de que o dinheiro inconversível como dinheiro mundial é uma forma mais adequada ao conceito de dinheiro, pois elimina as incongruências de um “falso padrão-ouro” de Bretton Woods.* A hegemonia do dólar na hierarquia monetária internacional foi uma “solução” contraditória para o problema contraditório entre a moeda norte-americana e as moedas nacionais dos grandes países. Ou seja, *a hierarquia de moedas, ou o “original sin” segundo Eichengreen e Hausmann (2005), é a solução contraditória para um problema prático contraditório.* Além do mais, o dólar está atrelado ao duplo déficit dos EUA, que são financiados por conta de sua posição como principal espaço de crédito mundial (Brunhoff 2005, p. 80–81). Portanto, no caso desta hegemonia, torna-se evidente como *a posição do dinheiro enquanto moeda (medida dos valores e meio de circulação) depende de sua posição como dinheiro de fato (meio-de-pagamento e reserva de valor).* Em outras palavras, o dólar como moeda mundial é garantido por sua função de crédito mundial. Crédito este totalmente conjugado à formação de capital fictício através da dívida estatal.

Pelo que acima discutimos pode-se ver que a posição do dólar como moeda global sem lastro tem uma dupla constituição contraditória: é moeda particular e universal ao mesmo tempo – pois é moeda dos EUA e do mundo ao mesmo tempo –, e *aparece como existência efetiva quando em essência é existência necessária. Isto é,*

²³ Ainda assim o dinheiro deve manter sua aparência de mercadoria, seja ele ouro ou não: no século XX, “a aparência de mercadoria do dinheiro pode perfeitamente ser fornecida, inclusive a nível mundial, por um simples papel verde sem qualquer vínculo, por remoto que seja, com o ouro ou com qualquer mercadoria particular. [...] a essência da aparência de mercadoria do dinheiro é, ela própria, puramente formal” (Paulani 1991, p. 146).

aparece como efetividade cuja necessidade não é absoluta, necessidade contingente, externa, fruto de um capricho institucional norte-americano; mas que em sua essência nega tal aparência para se pôr como existência necessária, não apenas existente, mas existente necessariamente. Dessa forma, o dinheiro inconvertível aparece como contingente para se afirmar de fato como necessário. É quando consolida sua aparência de simples capricho, simples convenção, que se afina mais profundamente como a necessidade forte que é. Quanto mais necessário se torna, mais como contingência se apresenta.

7. Conclusão

Assim como adiantado na introdução, almejamos aqui evidenciar a atualidade e as limitações da teoria monetária de Marx quando tomamos em conta o novo sistema monetário internacional que emergiu após 1971 com o fim dos acordos de Bretton Woods e com a introdução, em especial, do padrão-dólar puro. Não obstante, procuramos utilizar a vivacidade dos conceitos marxistas, que respeitam o movimento dos objetos, para mostrarmos como tal teoria pode ser atualizada em face a esses desdobramentos históricos. Vimos que apesar de circunscrita ao seu contexto histórico, a análise de Marx é “viva” por respeitar o movimento tendencial de constituição do dinheiro como pura forma. Sendo esta vivacidade aquilo que nos fornece justamente a possibilidade de atualizar sua teoria.

Referências bibliográficas

- Arthur, C. J. (2005). Value and money. In Moseley, F., editor, *Marx's Theory of Money: Modern Appraisals*. Palgrave Macmillan.
- Bellofiore, R. (2005). The monetary aspect of the capitalist process in the marxian system: An investigation from the point of view of the theory of the monetary circuit. In Moseley, F., editor, *Marx's Theory of Money: Modern Appraisals*. Palgrave Macmillan.
- Brunhoff, S. (2005). A instabilidade monetária internacional. In Chsnais, F., editor, *A Finança Mundializada*. Boitempo, São Paulo.
- Bryan, D. & Rafferty, M. (2007). Financial derivatives and the theory of money. *Economy and Society*, 36(1):134–158.
- Campbell, M. (2005). Marx's explanation of money's functions: Overturning the quantity theory. In Moseley, F., editor, *Marx's Theory of Money: Moderns Appraisals*. Palgrave Macmillan.
- Carcanholo, R. A. (2001). O capital especulativo e desmaterialização do dinheiro. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, 8:26–45.
- Carchedi, G. (1991). *Frontiers of Political Economy*. Verso, New York.
- Eichengreen, B. & Hausmann, R. (2005). *Other People's Money: Debt Denomination and Financial Instability in Emerging Market Economies*. University of Chicago Press, Chicago.
- Fausto, R. (1987a). *Marx: Lógica e Política – Tomo I*. Brasiliense, São Paulo.
- Fausto, R. (1987b). *Marx: Lógica e Política – Tomo II*. Brasiliense, São Paulo.
- Fausto, R. (1997). *Dialética Marxista, Dialética Hegeliana: A Produção Capitalista como Circulação Simples*. Paz e Terra, São Paulo.
- Foley, D. K. (1986). *Understanding Capital: Marx's Economic Theory*. Harvard University Press, Cambridge.
- Foley, D. K. (2005). Marx's theory of money in historical perspective. In Moseley, F., editor, *Marx's Theory of Money: Modern Appraisals*. Palgrave Macmillan.
- Friedman, M. (1968). *Dollars and Deficits: Inflation, Monetary Policy and the Balance of Payments*. Prentice-Hall.
- Hegel, G. W. F. (2002). *Fenomenologia do Espírito*. Vozes, São Paulo.
- Hilferding, R. (1981). *Finance Capital: A Study of the Latest Phase of Capitalist Development*. Routledge & Kegan Paul, London; Boston. 1910.
- Kristjanson-Gural, D. (2008). Money is time: The monetary expression of value in Marx's theory of value. *Rethinking Marxism*, 20(2):257–272.
- Lapavitsas, C. (1994). The banking school and the monetary thought of Marx. *Cambridge Journal of Economics*, 18:447–461.
- Lapavitsas, C. (2000). Money and the analysis of capitalism: The significance of commodity money. *Review of Radical Political Economics*, 32(4):631–656.
- Lukács, G. (1922). *History and Class Consciousness*. MIT Press, Cambridge.
- Marx, K. (1844). Comentário sobre os elementos de economia política de James Mill. Disponível em: <http://www.marxists.org/archive/marx/works/1844/james-mill/index.htm>.
- Marx, K. (1973). *Grundrisse: Foundations of the Critique of Political Economy*. Vintage Books, New York. 1939.
- Marx, K. (1982). *Para a Crítica da Economia Política*. Abril Cultural. Coleção Os Economistas, São Paulo. 1857.

- Marx, K. (1984). *O Capital (Livro III – Volume 2) – O Processo Global Produção Capitalista*. Abril Cultural. Coleção Os Economistas, São Paulo. 1894.
- Marx, K. (2002). *O Capital (Livro I) – O Processo de Produção do Capital*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro. 1890.
- Moseley, F. (2004). The “monetary expression of labor” in the case of non-commodity money. Disponível em: http://www.mtholyoke.edu/~fmooseley/Working_Papers_PDF/melt.pdf.
- Moseley, F. (2005). Introduction. In Moseley, F., editor, *Marx's Theory of Money: Modern Appraisals*. Palgrave Macmillan.
- Nelson, A. (2005). Marx's objection to credit theories of money. In Moseley, F., editor, *Marx's Theory of Money: Modern Appraisals*. Palgrave Macmillan.
- Paulani, L. M. (1991). *Do Conceito de Dinheiro e do Dinheiro como Conceito*. PhD thesis, Universidade de São Paulo (IPE/USP).
- Reuten, G. (2005). Money as constituent of value. In Moseley, F., editor, *Marx's Theory of Money: Modern Appraisals*. Palgrave Macmillan.
- Rotman, B. (1987). *Signifying Nothing: The Semiotics of Zero*. St. Martin's Press, New York.
- Rotta, T. N. (2008). Dinheiro inconversível, derivativos financeiros e capital fictício: A moderna lógica das formas. Master's thesis, Universidade de São Paulo (IPE/USP).
- Saad Filho, A. (2002). *The Value of Marx: Political Economy for Contemporary Capitalism*. Routledge, Londres.
- Saros, D. E. (2007). The price-form as a fractional reflection of the aggregate value of commodities. *Review of Radical Political Economics*, 39:407–415.
- Williams, M. (2000). Why Marx neither has nor needs a commodity theory of money. *Review of Political Economy*, 12(4):435–451.